



Universidade de Brasília

Aluno: Lara Barrios Roveri José

Matrícula: 13/0154571

Orientador: Daniela Freddo

*Debate das escolas econômicas acerca da
crise do Governo de Dilma Rousseff*

2017

Sumário

Introdução	3
Capítulo 1- A Teoria Heterodoxa	4
1.1 Introdução	4
1.2 O caso brasileiro	8
1.3 Do governo Lula à Dilma	10
1.4 Governo Dilma Rouseff	12
Capítulo 2 – A Teoria Ortodoxa	15
2.1 Introdução	15
2.2 Antecedentes do Governo Dilma Rouseff	16
2.3 O governo Dilma Rouseff	19
Capítulo 3 – Debate	25
Conclusão	31
Bibliografia.....	33

Introdução

No presente trabalho, busca-se elaborar uma síntese das interpretações da crise econômica que emergiu no fim do Primeiro Governo Dilma Rousseff e permanece até os dias atuais, segundo as principais correntes existentes no debate econômico, abrangendo a heterodoxia e a ortodoxia.

Em vista disso, inicialmente, distingue-se essas duas correntes, conforme a orientação de MOLLO (1994), pela aceitação ou não da "Lei de Say" e da Teoria Quantitativa da Moeda". Subsequentemente, discute-se mais a fundo as visões dessas duas correntes, destacando os principais pontos de divergência, como o papel do Estado, do Banco Central, como se dá o crescimento da economia, dicotomia entre Economia Real e Monetária. E por fim, como resultado, as explicações de ambas as correntes para o surgimento da crise do Governo Dilma Rousseff e a forma para superá-la, tema bastante recorrente no ano de 2016 e que gerou inúmeras discussões.

A metodologia a ser utilizada nesse trabalho será a de inicialmente definir, segundo Mollo (1994), o que se compreende por Ortodoxia e Heterodoxia econômica. Em seguida, pretende-se debater as ideias de autores representantes dessa linha, sobre o Governo Dilma Rousseff (2011-2016) e como as origens da crise por qual passa a economia brasileira podem ser interpretadas. Para esse fim, o trabalho será dividido em três capítulos: Teoria Heterodoxa, Teoria Ortodoxa e Debate sobre o Governo Dilma Rousseff. Os dois primeiros capítulos serão abordados a parte teórica das duas escolas, os fundamentos e uma pequena análise do governo de Luís Inácio Lula da Silva e uma análise mais aprofundada do governo Dilma Rousseff. O terceiro e último capítulo será abordado uma comparação das duas teorias aplicadas ao governo de Dilma.

Capítulo 1- A Teoria Heterodoxa

1.1 Introdução

Neste primeiro capítulo, será apresentado os fundamentos da teoria heterodoxa, seu fundamentos, seus principais objetivos, suas principais teses defendidas e uma breve análise do governo Dilma sobre essa perspectiva.

Segundo Bielschowsky e Mussi (2005) é possível identificar duas correntes básicas de acordo com as restrições macroeconômicas e as estratégias de desenvolvimento: os dos economistas ortodoxos no que se refere à política macroeconômica, que são neoliberais em matéria de estratégias de crescimento, e a dos economistas heterodoxos em matéria macroeconômica, que são desenvolvimentistas no que se refere a projetos de transformação.

Os primeiros defendem metas de redução de inflação, com uma grande rigidez na política monetária mesmo que isso enseje forte valorização cambial e custo financeiro elevado para o setor público, apoiando, dessa forma, uma política monetária contracionista, inclusive em períodos de crise econômica e financeira. No plano dos projetos sobre o futuro, esses economistas tendem ao neoliberalismo. As afinidades entre os dois conjuntos, ortodoxos e neoliberais dispensa maiores explicações: os primeiros se opõem à atuação do Estado na Economia porque consideram-no “gastador”, e os neoliberais porque consideram que a eficiência dos mercados fica comprometida pela intervenção estatal (BIELSCHOWSKY,2005).

O segundo grupo, que é formado pelos economistas heterodoxos em matéria de macroeconomia e desenvolvimentistas no que se refere às estratégias alocativas a médio e longo prazos, sustenta o combate à inflação de forma gradual, políticas de redução de juros e de preservação de câmbio real, sem valorização. Reconhecem as dificuldades para se reduzir a taxa de juros, pela questão da vulnerabilidade externa da economia, oriunda tanto da estrutura de produção e de comércio expressada pelos resultados da balança comercial e de seus efeitos sobre o risco-país, como de sua fragilidade financeira frente ao movimento internacional de capitais de curto prazo.

Admitem impasses na área fiscal, porém com uma redução na taxa de juros e um combate paulatino da dívida pública, seriam atenuados. Em relação às estratégias de transformação da economia brasileira, esses economistas tendem ao desenvolvimentismo. Apostam no crescimento e no investimento para transformar a economia, corroboram, então, com políticas monetárias expansionistas, e aumento no investimento público. A heterodoxia macroeconômica, por sua vez, requer o fortalecimento da base produtiva nacional para reduzir a vulnerabilidade externa, pela via das exportações e da produção doméstica competitiva (BIELSCHOWSKY,2005).

Via de regra, os heterodoxos não concordam com a neutralidade da moeda, nem no longo prazo, ou seja, com a capacidade de a moeda interferir em variáveis reais da economia como nível de produção, emprego e renda. E isso torna a hipótese de pleno emprego na Economia incoerente. Outra característica bastante relevante é que para eles a oferta de moeda também pode ser endógena, ou seja, a quantidade de moeda presente na economia é determinada, além da Autoridade Monetária, pela vontade do setor bancário em aumentar a oferta de crédito e disponibilizar meios de pagamentos, sem que isso signifique um aumento das taxas de juros(MOLLO,1994).

Para os heterodoxos, o investimento é a decisão econômica mais importante, uma vez que é responsável pelo aumento do emprego e da renda de forma multiplicada. A opção pelo aumento do investimento tende a ocorrer quando a eficiência marginal do capital é maior que a taxa de juros. Aquela é fruto de conjecturas dos agentes econômicos, não pode ser calculada, portanto, incerta, depende do grau de confiança dos agentes no futuro da Economia. Já a taxa de juros é dada pela oferta e demanda por moeda, que vai depender da preferência pela liquidez¹ dos bancos comerciais e autoridade monetária, e da preferência pela liquidez dos agentes, respectivamente. Quando a incerteza aumenta, a preferência pela liquidez dos bancos e dos agentes também aumentam, reduzindo a oferta de moeda e aumentando a demanda, o que eleva a taxa de juros, por outro lado, quando diminui, ocorre o mesmo com a preferência pela liquidez e a taxa de juros, o que viabiliza o investimento produtivo (KEYNES, 1936). A incerteza torna a economia volátil,

¹ Reter ou não moeda, o ativo mais líquido da economia.

dependente do grau de confiança dos agentes em relação ao futuro da Economia, impedindo que os mercados sejam autossuficientes, tornando a atuação do Estado necessária para garantir o investimento e o pleno emprego (MOLLO, 2016).

A ação do Estado se dá pela política monetária ou fiscal. Pela política monetária, o Governo procura reduzir a taxa de juros para que a eficiência marginal do capital seja comparativamente maior, estimulando a decisão de investir. Os instrumentos utilizados são: redução dos encaixes obrigatórios fixados pelo Banco Central, diminuição da taxa de juros de redesconto, também fixada pelo Banco Central e operação de venda de títulos públicos (CARVALHO, 2015). Entretanto, há momentos de grande pessimismo na economia, que mesmo que a taxa de juros esteja baixa, o investimento não ocorre, ou seja, a chamada armadilha pela liquidez². Nesse cenário a política monetária não faz mais efeito para estimular o investimento, assim só resta ao governo a política fiscal. A política fiscal nada mais é do que o governo ou oferecendo incentivos para o setor privado investir ou realizando, ele próprio, investimento na economia. Segundo Keynes (1936), a segunda alternativa seria mais eficiente para aumentar a atividade econômica, porque o guia do setor público não seria o lucro (como é o do setor privado), mas sim a minimização dos efeitos adversos de crises econômicas. O intuito aqui é investir em setores que não faça concorrência com a iniciativa privada, como por exemplo em obras de infraestrutura, para que no segundo momento, o investimento parta de agentes econômicos privados. Isso ocorreria porque, com o investimento do governo, são criados novos empregos e há um aumento da renda da economia que eleva o otimismo e a expectativa de ganho da iniciativa privada (MOLLO, 2016).

As concepções heterodoxas contemplam o papel do Estado fundamental do Estado para que o desenvolvimento ocorra. Dessa forma, a receita para os heterodoxos é ampliar a demanda para que haja interesse da oferta em responder com maior produção (MOLLO, 2016).

²A demanda por liquidez é tão elevada, que a política monetária para diminuir a taxa de juros é ineficaz.

A partir dos anos 2000, no Brasil, o debate desenvolvimentista ganha espaço no processo de política econômica. Os seguidores dessa vertente reconhecem que deixar o crescimento e o desenvolvimento às forças de mercado não são convenientes, tornando necessária a atuação Estatal para alcançar o crescimento econômico do país. Os desenvolvimentistas se diferenciam quanto à demanda que deve ser estimulada para alcançar o desenvolvimento econômico (MOLLO,2016).

Tabela 1

Desenvolvimentistas	Tipo de demanda	Variável chave de política
Proposta Precursora	Externa	Taxa de Câmbio
Proposta Pós-Keynesiana	Externa e Interna	Taxa de Juros
Social-Desenvolvimentistas	Interna	Consumo de massa e/ou investimento

Fonte: MOLLO (2016)

Para os desenvolvimentistas que defendem a “Proposta Precursora”, é necessário estimular as exportações por meio de uma taxa de câmbio competitiva, ou seja, taxas de câmbio desvalorizadas. Isso permite que se aproveitem as vantagens locais e estimule o crescimento econômico, resolvendo o problema da “doença holandesa”³, visto como causa da apreciação cambial no país em 2008 (MOLLO, 2016).

Os desenvolvimentistas Pós-Keynesianos buscam política industrial e de comércio exterior para estimular a competitividade da indústria e inserir o país no comércio internacional, priorizando a produção e evitando a especulação. Há uma busca de mecanismos para se financiar os investimentos e políticas redutoras de incertezas intrínsecas ao mundo financeiro globalizado (MOLLO, 2016).

Os social-desenvolvimentistas propõem que seja estimulada a demanda interna, priorizando o consumo de massa e/ou o investimento doméstico. Para eles, priorizar a demanda interna como alavanca para o desenvolvimento facilita o apoio político de grupos empresariais ao processo de distribuição de renda fornecendo a base para um pacto social a favor do

³ Termo que faz referência a desindustrialização causada pelo *boom* em recursos naturais. Isso faz aumentar as exportações desses bens, que aumenta o valor global das exportações e consequentemente a quantidade de moeda estrangeira no país, fazendo a moeda nacional valorizar. (MARCONI, 2015)

aumento dos salários necessários para sustentar a demanda de consumo. Quando os salários aumentam, eleva-se a demanda por bens de consumo e, conseqüentemente, o investimento, decorrente do efeito aceleracionista, estimulado por aumentos de venda e da capacidade utilizada (MOLLO, 2016).

É importante notar que nenhum dos grupos desenvolvimentistas é contra o estímulo de políticas públicas ao desenvolvimento, embora diverjam quanto a ele ser voltado para o mercado externo ou interno e na variável-chave de política. É válido ressaltar que nenhum dos grupos discorda que a taxa de juros deva ser baixa, pois é necessário que a eficiência marginal do capital seja maior do que a taxa de juros, para que ocorra o investimento. Todos concordam, também, que se a eficiência marginal do capital estiver baixa, o resultado da política monetária, que visa à redução da taxa de juros, não terá efeito. Razão pela qual Keynes considerava a política fiscal mais eficiente para aumentar o investimento (MOLLO, 2016).

1.2 O caso brasileiro

Com base no que foi dito sobre os heterodoxos, da importância do investimento, do gasto do Estado para o crescimento econômico, falar sobre austeridade fiscal, corte de gastos, especialmente em momentos de crise econômica, não faz sentido. Isso porque mesmo que os gastos não sejam em investimentos, geram emprego e renda; a queda do crescimento, por conta do ajuste fiscal, não faz mais do que piorar a situação fiscal com a queda da arrecadação; como as despesas são difíceis de serem reduzidas, o corte de gastos se dá principalmente nos gastos com investimentos (MOLLO, 2016). Segundo a heterodoxia, o Estado deve manter políticas anticíclicas, para não estimular demasiadamente a atividade econômica, deve diminuir os gastos em momentos de expansão econômica e aumentá-los em períodos recessivos.

É de extrema importância garantir finanças públicas saudáveis. Dessa forma, o gasto com investimento pode ser financiado por dívida pública. Deve-se destacar também, que em economias desiguais como a brasileira, o investimento público não serve apenas para superar crises econômicas, mas também, para suprir a correção de desigualdades, o que torna o aumento da arrecadação/tributação progressiva algo inevitável (MOLLO, 2016).

O dilema é que o Brasil apresenta uma tributação indireta muito elevada, e uma tributação direta⁴ muito baixa, o que intensifica cada vez mais a desigualdade, por ser regressiva. Isso porque a tributação indireta incide sobre o consumo, que por sua vez representa a maior parte dos gastos da parte da população que recebe menor renda. A propensão marginal a consumir é maior quanto menor a renda, logo a tributação sobre o consumo incide mais em quem consome mais. Isso posto, a elevação da carga tributária, da forma como é hoje, para se realizar o investimento, acentua a desigualdade do país. A solução seria, portanto, uma reforma tributária, apontando para a necessidade de uma tributação direta mais progressiva (MOLLO, 2016).

Segundo Rossi e Mello (2016), a desaceleração verificada no primeiro mandato de Dilma Rousseff, quanto à recessão a partir de 2015 apresenta diferentes diagnósticos para a sua explicação. Em suma, identificam-se quatro diagnósticos.

O primeiro responsabiliza as políticas econômicas heterodoxas que teriam realizado uma inflexão, a partir de 2009, na base da política econômica, no chamado tripé econômico. Essa nova forma de conduzir foi chamada de Nova Matriz Econômica (NME)⁵, em que as políticas macroeconômicas visavam ao fomento do crescimento da demanda doméstica. Logo a desaceleração da economia e sua posterior recessão seria resultado da adoção da NME, que não foi capaz de promover o crescimento e a melhoria da produtividade, provocando pressões inflacionárias e deterioração fiscal (ROSSI, 2016).

O segundo aponta problemas na condução da política macroeconômica doméstica. Embasada na abordagem novo desenvolvimentista, a sobrevalorização cambial é o elemento central que explicaria a deterioração da estrutura produtiva e da consequente desaceleração econômica, além de apontar a valorização salarial acima dos ganhos de produtividade como um problema.

⁴ Tributação sobre a renda total.

⁵ Política fiscal expansionista, abandono do regime de metas de inflação, expansão do crédito, intervenção do Banco Central no sistema de câmbio, entre outros.

O terceiro destaca a contração fiscal e monetária como o fator chave para a desaceleração. Essa estratégia, denominada “desaceleração rudimentar”, que foi implementada a partir de 2011, 1º Mandato de Dilma Rousseff, acarretou efeitos recessivos, uma vez que impediu que vários investimentos que já estavam planejados, fossem descartados por esse “freio”.

O quarto diagnóstico ressalta o fracasso de uma agenda de políticas econômicas voltadas a estimular a oferta agregada, chamada estratégia industrialista, iniciada no final do ano de 2011. Com essa estratégia, a agenda central do governo visava à garantia de condições de competitividade para a indústria nacional em meio a um cenário internacional hostil. Os instrumentos utilizados foram a redução de custos dos insumos (elétrica e combustível) e de crédito (redução dos juros, no primeiro momento), a desvalorização a taxa de câmbio e a prática de uma política de subsídios e desonerações fiscais. Entretanto, ao invés de estimular a atividade econômica, a maioria desses instrumentos valeu-se somente para proteger as empresas da queda na sua taxa de rentabilidade.

Em suma, nos governos de Dilma Rousseff, houve uma tentativa, que acabou mostrando-se frustrada, de contornar os efeitos dos entraves estruturais que condicionavam o crescimento econômico brasileiro.

1.3 Do governo Lula à Dilma

Nos parágrafos seguintes, procurar-se-á discorrer sobre o contexto em que estava a economia brasileira quando Rousseff inicia o seu governo. No primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) a estratégia para promover o desenvolvimento econômico foi o estímulo à formação de uma mercado de consumo de massa doméstico, ideia que os defensores do Social-Desenvolvimentista defende. Essa plano amparou-se em dois pilares:

- 1- Distribuição de renda
- 2- Estímulo à inclusão bancária e ao crédito para as famílias

O primeiro foi possibilitado por políticas de transferências de renda, como a criação do Bolsa Família, do aumento de benefícios e seguridade social e, especialmente, pelo aumento de salário mínimo real, sendo este o

principal fator que contribuiu na redução do índice de gini no período, e o segundo, pela política de facilitação ao crédito, como crédito consignado, o crédito habitacional, entre outros.

Segundo Rossi (2016), durante o primeiro mandato de Lula, houve uma democratização do acesso aos bens de consumo duráveis e uma ampla modernização do padrão de consumo da população, ocasionando uma queda significativa no desemprego e o aumento do emprego formal. Contudo, a modernização na estrutura da demanda não foi acompanhada por equivalentes transformação na estrutura da oferta, gerando assim grandes entraves estruturais ao desenvolvimento.

No entanto, o principal setor beneficiado foi o de serviços, setor esse com pouco valor adicionado por trabalhador, o que não gera aumento de produtividade e conseqüentemente crescimento do PIB (MARCONI, 2015).

Isso porque segundo Cavalcanti (2013) o crescimento de uma economia é dado pelo crescimento da renda *per capita*, e essa é calculada da seguinte forma:

$$\frac{Y}{N} = \left(\frac{Y}{L}\right)\left(\frac{L}{N}\right)$$

Onde $\frac{Y}{N}$ representa renda *per capita*, $\frac{Y}{L}$ a produtividade do trabalhador e $\frac{L}{N}$ a participação da força de trabalho na população.

Para que a renda *per capita* aumente continuamente ao longo do tempo, ou seja, para que o crescimento econômico seja contínuo, é necessário que ocorra um aumento contínuo da produtividade do trabalhador, haja vista que $\frac{L}{N}$ possui um valor máximo igual a 1. A produtividade do trabalhador pode aumentar de duas formas: em primeiro lugar, a produtividade média da economia pode aumentar porque a produtividade do trabalho em todos os setores de atividade está aumentando (efeito nível). Em segundo lugar, a produtividade média do trabalhador pode aumentar porque a participação no PIB dos setores com maior produtividade está aumentando (efeito composição que está associado a mudança estrutural, a sofisticação produtiva). Nesse

contexto, a produtividade da economia brasileira estava em queda quando Rousseff inicia o seu governo.

Podem-se destacar outros fatores deixados como herança para o Governo de Dilma, como: a deterioração na pauta de comércio externo e da estrutura produtiva ocasionada pelo relaxamento da restrição externa, que levou a uma reprimarização da pauta exportadora; a valorização cambial da taxa real-dólar devido ao estímulo de juros altos, foram importantes para absorver os choques de preços, porém é uma maneira de se desnacionalizar a estrutura produtiva do país. Em suma, esse modelo de desenvolvimento contribuiu positivamente para a construção de um grande mercado de consumo de massa, mas impactou negativamente na estrutura produtiva, como a melhora dos termos de troca e a valorização cambial, mascarando os desequilíbrios entre oferta e demanda doméstica (ROSSI, 2016).

1.4 Governo Dilma Rouseff

No primeiro governo Dilma, a estratégia adotada para se lograr um crescimento econômico tinha como objetivo a manutenção de sustentação desse ciclo de consumo, porém com um cenário externo de reversão dos termos de troca e de desvalorização cambial. Esperava-se com isso uma melhora na estrutura produtiva do país, porém isso não ocorreu. Houve uma desaceleração do crescimento dos componentes da demanda agregada com uma deterioração da estrutura produtiva, impulsionada pelo aumento da concorrência externa e pela disputa mais acalorada por mercados (ROSSI, 2016).

Mas não é só isso que explica a grande queda da atividade econômica em 2015 e 2016. Soma-se a crise política, a mudança na gestão da política econômica, que propagou uma contração fiscal e monetária uma desvalorização cambial e um choque de preços administrados (ROSSI, 2016).

Segundo Carneiro (2017) o fracasso dos Governos Dilma Rouseff pode ser explicado a partir de três condicionantes: o estrutural, o cíclico e o de política econômica. A questão estrutural diz respeito as modificações observadas desde os anos 1990, que intensificaram a globalização, porém, com a crise que ocorreu nos Estado Unidos, em 2008, essa integração se

tornou instável e mais sensível ao ciclo de liquidez dos países. O perfil da política econômica para lidar com essa crise foi quase que exclusivamente baseada em uma política Quantitative Easing (uma política monetária não convencional), ou seja, de expansão monetária quantitativa que intensifica ainda mais os ciclos de liquidez. Isso somado a fragmentação do processo produtivo dos países, principalmente da China, gerou uma concorrência baseada na redução de preços ocasionando, nesses países, uma grande capacidade ociosa. Isso acaba direcionando os investimentos mundiais para essa região (Ásia), fazendo com que diminuísse o investimento no Brasil. Esse é o cenário internacional sobre o qual o Governo Dilma se instala.

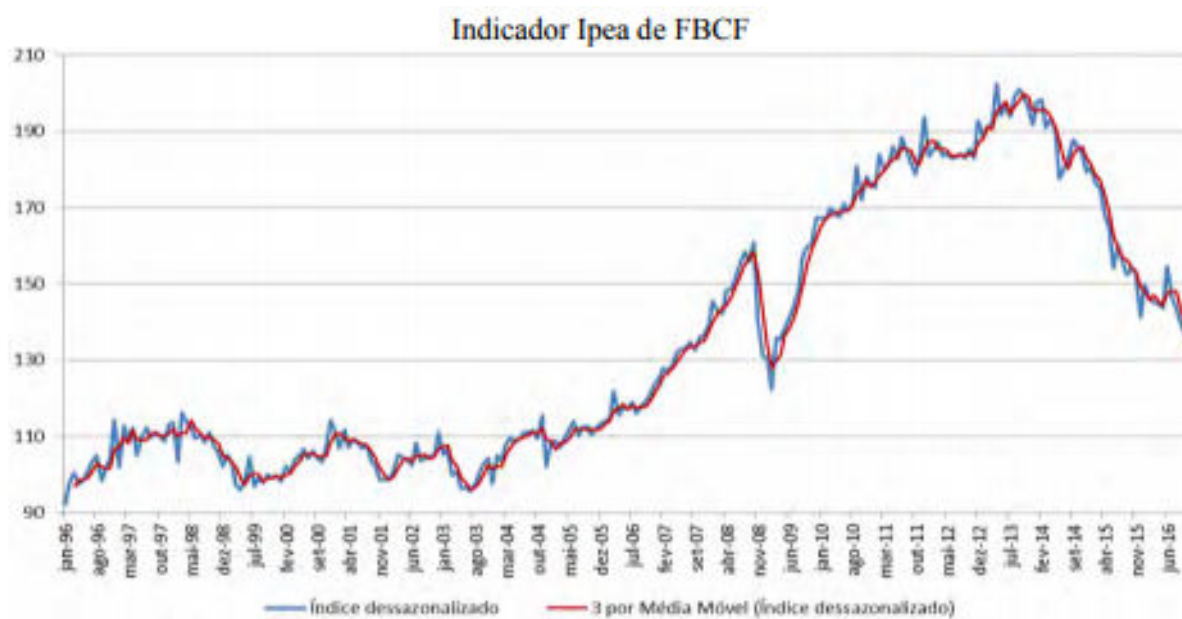
Para apresentar o segundo condicionante, cabe ressaltar que o período 2003-2010 foi marcado por uma aceleração da taxa de crescimento do país, impulsionado, inicialmente, pelo preço das *commodities* e pelas exportações líquidas e posteriormente pelo rápido crescimento do consumo. Porém esse ciclo perdeu dinamismo, não era possível sua ampliação, uma vez que há limite tanto para o endividamento das famílias quanto para os programas de transferência do governo. Esgotou-se o dinamismo obtido pela expansão do consumo. Para lograr, novamente, a aceleração da taxa de crescimento, ou seja, superar os limites do período anterior, era necessário buscar um novo modelo de crescimento e, procurou-se, diversificar a estrutura produtiva. Vale dizer que este modelo seria induzido por ações do governo, tanto no intuito de garantir o financiamento, como a rentabilidade dos investimentos; dessa forma, o crescimento não seria conduzido pelo lado da demanda. Essa foi outra medida tomada pelo Governo que levou ao seu fracasso, pois com o Governo tendo que bancar o crescimento, via financiamento, aumentou seus custos e seu déficit. Em Martello (2015), no ano de 2014, o resultado primário do governo foi de um déficit de 32,53 bi, o primeiro déficit público da série histórica iniciada em 2001.

O terceiro condicionante é a política adotada no Governo Dilma, que seria diferente daquela adotada durante o Governo Lula, em que houve uma conciliação de todas as classes, tornando possível a acomodação de muitos interesses. No Governo Dilma, era primordial que a política econômica visasse à arbitrariedade dos interesses das classes e as definições dos segmentos que

iriam se interagir. O problema foi que houve uma ampliação dos conflitos sem a definição das alianças entre as classes e sem o apoio das classes populares. Outro fator que influenciou foram os equívocos cometidos pela presidente na própria operação da política econômica: baixa capacidade de negociação; mudanças frequentes no manejo dos preços macroeconômicos, que acaba por aumentar a incerteza; uso inadequado do BNDES e da Petrobrás, que leva a perda de sentido estratégico.

Um indicador bem representativo do fracasso do plano econômico é a trajetória do investimento, que a partir de 2013 entra em declínio continuado, atestando, assim, a falência do experimento desenvolvimentista no Brasil no Governo Dilma (CARNEIRO, 2017).

Gráfico 1.1: Indicador de Formação Bruta de Capital Fixo



Fonte: Carneiro (2017)

Capítulo 2 – A Teoria Ortodoxa

2.1 Introdução

Neste segundo capítulo, será apresentado os fundamentos, os objetivos da teoria ortodoxa, para, logo após, fazer uma análise do governo Dilma sobre essa perspectiva.

Como já foi dito, a distinção entre um ortodoxo de um heterodoxo é a aceitação conjunta da Lei de Say e da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM). Aceitá-las condiz com os fundamentos da ortodoxia e negá-las, da heterodoxia (MOLLO, 1994).

A Lei de Say na sua forma mais direta diz que toda a oferta cria sua própria demanda⁶ (CARVALHO,2015), ou seja, os fluxos em uma economia se compensam: se houver excesso de produto, o preço irá diminuir e ocorrerá a venda. O mesmo processo que gera os produtos gera as rendas, isto é, existem dois grupos: as famílias e as empresas. As empresas ofertam bens e produtos, e pagam as rendas (salários, renda da terra, lucro e juro), e as famílias ofertam os fatores e produção, e fazem o pagamento dos bens e serviços.

Para garantir o funcionamento dessa Lei (MOLLO, 1994), fazem-se necessários que três supostos sejam garantidos. O primeiro diz respeito à função entesouramento do dinheiro, que no caso de aceitação da Lei, não haveria essa possibilidade. O segundo pressuposto refere-se à neutralidade da moeda, ou seja, a variação de sua oferta não afeta variáveis reais da economia, como consumo, Produto interno Bruto (PIB) e emprego, gerando alteração somente em variáveis nominais, como preços, salários e taxa de câmbio nominais. O terceiro pressuposto é concernente à exogeneidade da moeda, ou seja, sua quantidade ofertada é determinada fora da economia real, pelo Banco Central.

⁶ Na verdade, quem sumariza desta forma a Lei de Say, é o Keynes, na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Nessa passagem: "Desde o tempo de Say e de Ricardo os economistas clássicos têm ensinado que a oferta cria sua própria procura; isto significa de modo expressivo, mas não claramente definido, que o total dos custos de produção deve ser gasto por completo, direta ou indiretamente, na compra do produto". (p. 55) link do livro: http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/090320170036_Keynes_TeoriaGeraldoempregod ojuroedamoeda.pdf

A Teoria Quantitativa da Moeda tem como base a Equação de Troca formulada inicialmente por Simon Newcomb, em 1885, e popularizada por Irving Fisher, em 1911. Sendo:

$$M V = P y$$

Em que M é a oferta monetária, V a velocidade de circulação da moeda, P o nível de preços e y o PIB real. (CARVALHO, 2015)

Do lado esquerdo da equação tem-se o total de moeda utilizada para os pagamentos em um determinado período de tempo e do lado direito corresponde aos bens e serviços transacionados.

Essa teoria estabelece que os preços variam diretamente com a quantidade de moeda em circulação. Para assegurar essa teoria alguns pressupostos precisam ser atendidos (MOLLO, 1994): não há entesouramento na economia, V é constante, estável ou previsível e a moeda é exógena e neutra. Algumas conclusões podem ser dadas: o aumento da oferta monetária (M) leva ao aumento proporcional no nível de preços (P), no longo prazo, ou seja, a inflação é causada pelo aumento de M e quem controla M é a Autoridade Monetária, o Banco Central, que por sua vez é orientada pelo Governo. Logo, a elevação dos preços seria consequência de uma má conduta da política econômica, conduzida por um determinado Governo.

É sobre esse ponto de vista, ortodoxo, que o Governo Dilma Rouseff será analisado, buscando explicar os motivos pelos quais o país entrou nessa crise que se perdura até os dias de hoje.

2.2 Antecedentes do Governo Dilma Rouseff

Antes de discorrer sobre o governo Dilma, é importante ressaltar alguns feitos do governo anterior, o Governo Lula (2003 - 2010). Luís Inácio Lula da Silva deixou seu mandato com cerca de 80% de popularidade, crescimento de 7,5% do PIB no ano de 2010 e o desemprego se aproximava perto do mínimo histórico. Dessa forma conseguiu que sua sucessora fosse eleita, Dilma Rouseff, ainda que ela nunca tivesse ocupado nenhum cargo eletivo (GIAMBIAGI, 2016).

Como já mencionado no capítulo anterior, a renda *per capita* é um indicador importante para mensurar o crescimento de uma economia, sendo calculado da seguinte forma:

$$\frac{Y}{N} = \left(\frac{Y}{L}\right)\left(\frac{L}{N}\right)$$

Em que $\frac{Y}{N}$ representa a renda *per capita*, $\frac{Y}{L}$ a produtividade do trabalhador e $\frac{L}{N}$ a participação da força de trabalho na população.

Recapitulando, para que a renda *per capita* aumente continuamente ao longo do tempo, ou seja, para que o crescimento econômico seja contínuo, é necessário que ocorra um aumento contínuo da produtividade do trabalhador, haja vista que $\frac{L}{N}$ possui um valor máximo igual a 1.

A produtividade do trabalhador pode aumentar de duas formas: em primeiro lugar, a produtividade média da economia pode aumentar porque a produtividade do trabalho em todos os setores de atividade está aumentando (efeito nível). Em segundo lugar, a produtividade média do trabalhador pode aumentar porque a participação no PIB dos setores com maior produtividade está aumentando (efeito composição que está associado a mudança estrutural, a sofisticação produtiva).

No governo Lula, o mecanismo usado para estimular o crescimento da economia foi políticas de expansão de demanda, que elevavam a capacidade da economia e reduziam a taxa de desemprego (efeito nível). Essas políticas visam ao ingresso de pessoas no mercado de trabalho, que reduz a capacidade ociosa da economia, e a respectiva realocação de trabalhadores em setores mais produtivos. Essa é a etapa fácil do crescimento, em que se aproveita de uma série de circunstâncias favoráveis para o desenvolvimento. No entanto, existe um limite para este mecanismo, as circunstâncias favoráveis se esgotam, as realocações de fatores de produção que aumentam a produtividade da economia como um todo se extinguem. O país, nesse momento, passa a depender de aumentos de produtividade dentro dos setores, que só são alcançados quando o país passa de importador de tecnologia para criador de tecnologia, dessa forma o progresso tecnológico é importantíssimo para o aumento da produtividade (sofisticação produtiva).

Logo, quando as políticas de expansão de demanda não são feitas conjuntamente com a expansão da oferta, ou seja, com investimento em educação⁷, em infraestrutura⁸, com níveis adequados de poupança⁹, gasto público eficiente¹⁰, entre outros, o crescimento não se consolida. O país entra na chamada “armadilha da renda média”, essa expressão é explicada por Fernando Veloso e Lia Valls Pereira em Giambiagi (2016):

“quando os fatores responsáveis pelo crescimento começam a se esgotar, em particular o estoque de trabalhadores subempregados se exaure e os salários passam a se elevar, reduzindo a competitividade de bens intensivos em mão de obra. Os ganhos de produtividade associados à realocação de recursos entre setores e à adoção de tecnologias importadas também tendem a diminuir e o crescimento passa a depender cada vez mais de aumentos de produtividade dentro dos setores, principalmente no setor de serviços, que se torna progressivamente preponderante na produção do emprego total.”

Como o Brasil não investiu em políticas de expansão da oferta que consolidassem o crescimento, a taxa de crescimento do PIB começou a cair, como pode-se observar no Gráfico 2.1 abaixo. Dessa forma Dilma Rousseff assume o Governo com essa tendência de decaimento da taxa de crescimento¹¹, ou seja, parte da responsabilidade pelo que aconteceu a partir de 2011 foi herança do Governo Lula.

⁷ Investimento em educação qualitativamente, não só quantitativamente, como foi feito. Cabe ressaltar que educação de qualidade é uma deficiência histórica.

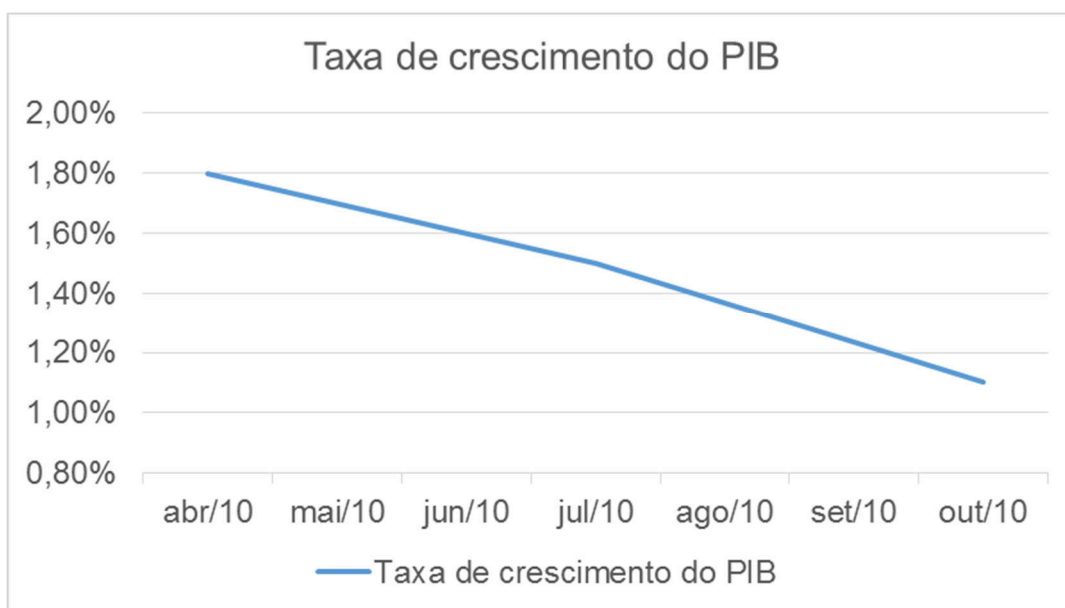
⁸ Somente 1,8% do PIB em 2003-2006 e 2,2% do PIB em 2007-2010, enquanto que nos últimos 2 anos do Governo FHC (2001-2002) foi de 2,6% do PIB.

⁹ Em 2010 a Poupança doméstica era de 18% do PIB e o Investimento era de 21% do PIB. No Governo FHC o Investimento era de 21% do PIB e a Poupança 21% do PIB, também.

¹⁰ Gastos predominantemente relacionados a previdência e assistências sociais, sobrando pouco recursos para atividades associadas ao impulso do crescimento, como inovação, ciência, tecnologia e pesquisa avançada.

¹¹ Crescimento do PIB em 2011 foi de 3,9%, enquanto em 2010 foi de 7,5%.

Gráfico 2.1



Fonte: Trading Economics. Elaboração: própria

2.3 O governo Dilma Rousseff

As principais medidas adotadas no Governo Dilma foram: depreciação da taxa de câmbio e redução da taxa de juros, na primeira metade do primeiro governo, em um contexto de pressão inflacionária devido ao aumento dos preços das *commodities* e do salário mínimo. Para não permitir que inflação, ocasionada pela desvalorização cambial e redução da taxa de juros, ultrapassasse o teto de 6,5%, o Governo teve de controlar, fixar alguns preços que impactavam em maior peso o IPCA, assim, em 2012, foram estabelecidas políticas que visassem a uma redução nominal significativa dos preços de energia elétrica e dos derivados do petróleo, com efeitos no ano de 2013, com o duplo propósito de melhorar a competitividade da indústria e de baratear a conta do consumidor residencial. Isso teve grave consequência, pois com o preço fixo, as distribuidoras de energia não poderiam repassar o custo do aumento do preço¹² para os consumidores finais e ao mesmo tempo tinha de cumprir seus compromissos de abastecimento, dessa forma o preço da energia estava abaixo do equilíbrio e como consequência a demanda por energia aumentava (Lei da Demanda). Isso levou à uma explosão dos preços no

¹² Resultantes da crise hídrica

mercado livre¹³, uma vez que o setor apresenta um mercado *spot* de preços livres, mesmo sendo regulamentado. Para suprir esse aumento de demanda, as distribuidoras de energia tiveram de comprar esse adicional no mercado livre, pagando preços elevados, apesar da queda nos faturamentos. O resultado desta política foi a fragilização do setor o que poderia levar a uma possível quebra. O custo do socorro do governo prestado às empresas foi o aumento do déficit público (GIAMBIAGI, 2016).

No setor de petróleo, o controle de preços levou a uma queda dos lucros da Petrobrás, importadora líquida desse produto, o qual diminuía cada vez que o preço internacional aumentava. Além disso, o governo cobrava investimentos maciços na área do pré-sal por parte da Petrobrás. Como resultado dessas políticas o endividamento da Petrobrás aumentou (GIAMBIAGI, 2016).

Tudo isso somado a falta de clareza das regras do governo, inconsistências nas gestões, decisões confusas, contraditórias, erradas, fizeram dela a primeira presidenta mulher a sofrer o *impeachment* (GIAMBIAGI, 2016). Cabe ressaltar que o processo de impeachment se deu por crime de responsabilidade cometido pela presidente, crime este denominado de pedais fiscais, em que Dilma desrespeitou à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa. Dilma deixou o Governo com cerca de 11,4% de popularidade (CARTA CAPITAL, 15/02/2017).

Segundo Mesquita (2014) as políticas econômicas do governo Dilma têm elementos consistentes de episódios clássicos do populismo macroeconômico latino-americano (PML). Esse paradigma ocorre, geralmente, após um período de baixo crescimento, porém em períodos em que foram criadas reservas e margens de manobra fiscais e externas. No governo Dilma, apenas o segundo grupo de características foi observado, visto que o governo assumiu após a forte aceleração de 2009-2010, e o período de crescimento robusto do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma similaridade ao populismo é a convicção de que mantendo a demanda agregada aquecida, despertará o investimento. Segundo Barbosa e Souza (2010): “para aumentar o crescimento potencial seria preciso, primeiramente, aumentar o crescimento

¹³ O mercado livre tem como objetivo promover a competição no setor. Nele, os contratos de compra e venda são negociados livremente entre consumidores e geradores.

efetivo da economia. Somente com a aceleração do crescimento a economia poderia iniciar um círculo virtuoso no qual o aumento da demanda geraria aumento nos lucros e na produtividade, o que por sua vez produziria um aumento no investimento e, desta forma, criaria a capacidade produtiva necessária para sustentar a expansão. Em contraponto à visão neoliberal, para os desenvolvimentistas seria necessário adotar medidas monetárias e fiscais de estímulo ao crescimento para começar o círculo virtuoso”.

A determinação clássica de política no PML diz respeito a associação entre reativação e redistribuição, que compreende em usar as reservas externas/protecionismo para conter o excesso de demanda interna sobre a taxa de câmbio. O Governo Dilma usou a política de salário mínimo e controles de preços para redistribuir renda, mas no início de seu governo usou a depreciação da moeda nacional para favorecer o setor industrial, contudo, mais adiante, o governo adotou uma política de intervenção cambial típica do PML tradicional, visto que contribuiu para evitar depreciação da moeda. Dessa forma, o governo Dilma, por sua presença constante no mercado, mostrou-se resistente à ideia de que a taxa de câmbio deve ser determinada pelo mercado, ideia condizente com o PML (MESQUITA, 2014).

No PML há um período de sucesso inicial, caracterizado pela aceleração do crescimento, por meio da ocupação da capacidade ociosa existente na economia, com pressões inflacionárias moderadas. Após esse período de crescimento, há uma deterioração, com aumento da pressão inflacionária sobre o balanço de pagamentos e depois há o colapso, geralmente via desvalorização cambial. Entretanto, o governo Dilma não chegou a ter propriamente uma fase de sucesso do ponto de vista da aceleração do crescimento, houveram sucessivas rodadas de estímulo fiscal, porém foram limitadas por restrições de oferta, que não cresciam (MESQUITA, 2014).

Cabe aqui reforçar a realidade 2010/2011 do país, na qual as políticas que estavam sendo colocadas em prática desde o Governo Lula eram mecanismos de estímulo à demanda com o objetivo de redução da desigualdade social. Merecem destaque: crescimento do gasto público; expressivo aumento do salário real, acima do crescimento da produtividade; tendência à redução da taxa de juros e expansão creditícia. No Governo Lula, o

estímulo à demanda deu certo pelo fato da grande capacidade ociosa da economia, o nível de desemprego era alto, porém em 2011, com capacidade ociosa baixa e taxa de desemprego de ordem de metade da de 2003, o Governo deveria ter dado destaque às políticas de oferta. O *boom* da demanda do Governo Lula esbarrou em limites físicos e o país não se preparou para consolidar esse crescimento, uma vez que sua agenda se baseou no trinômio: gasto público, desoneração tributária e redução da taxa de juros. E o investimento, que teria sido o fator que asseguraria esse crescimento, pois aumentaria a produtividade via efeito composição, perdeu dinamismo¹⁴. Como pode observar na tabela 2.1 abaixo, no período 2003/2010, o principal fator de crescimento do Produto foi, justamente, a forte expansão da população ocupada, 2,6% ao ano.

Tabela 2.1: Taxas de crescimento médias em % ao ano de Variáveis Macroeconômicas Seleccionadas.

Período	PIA	PEA	Pop. Ocupada	PIB	Produto por trabalhador
2004/2010	1,71	1,71	2,62	4,47	1,8
2011/2015	1,19	0,7	0,68	0,98	0,3

Fonte: IBGE. Elaboração: Giambiagi (2016).

Segundo Barbosa Filho e Pessoa (2014) aceleração do crescimento da economia no período Lula foi um fenômeno de produtividade, mas especificamente na produtividade do trabalho, como visto em Cavalcanti (2013), o crescimento via efeito nível. Porém, a desaceleração no Governo Dilma foi um fenômeno de queda da taxa de crescimento da produtividade do capital, que se reduziu de 0,9% ao ano para -1,6%, e a queda da taxa de crescimento da produtividade do trabalho foi menor, de 2,1% ao ano para 1,4%. Ou seja, corrobora com o que foi visto em Giambiagi (2016), a famosa armadilha da renda média.

Como visto acima, em Barbosa Filho e Pessoa (2014), o problema no Governo Dilma estava relacionado com a queda da produtividade do capital e uma possível explicação está baseada no enorme intervencionismo do setor público que se iniciou de forma mais pesada em 2009, reduzindo muito a

¹⁴O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) aplicou R\$ 251,7 bilhões em 2015, segundo balanço do programa publicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

produtividade incremental do capital em função, provavelmente, de má alocação do recurso.

Um outro ponto abordado em Barbosa Filho e Pessoa (2014) é que as pessoas que defendem o regime de política econômica adotado a partir de 2009 alegam que a desaceleração do crescimento da economia brasileira deveu-se essencialmente à crise internacional. Contrapondo esse ponto, o autor cita um estudo realizado a partir de uma perspectiva comparada de economias com as quais o Brasil compartilha uma história comum, como resultado, obteve que a redução do crescimento da economia foi pouco mais de três vezes a redução do crescimento da economia mundial e pouco menos de três vezes da redução do crescimento das economias da América latina e Caribe. Ou seja, a piora de desempenho do Brasil é um fenômeno localizado na própria economia, e somado ao fato do Brasil possuir uma das economias mais fechadas da região e que os termos de troca apresenta valores mais elevados do que os observados nos governos anteriores, sugere que a causa da desaceleração é mais interna do que externa.

Uma vez que durante esse período a taxa de crescimento dos salários reais esteve sempre positiva e em níveis elevados e acima da taxa de crescimento da produtividade, a redução da geração de renda deve ter ocorrido nos lucros. A queda dos lucros deve explicar, por outro lado, a redução na taxa de poupança e, portanto, a piora do déficit externo. Uma interpretação para essa queda da geração de lucros é compatível com a fortíssima queda da produtividade do capital (BARBOSA FILHO; PESSOA, 2014).

Outro fator que teve grande impacto no Governo Dilma foi que em setembro de 2015 a Standard & Poor's (S&P) tirou o grau de investimento da economia brasileira, ou seja, o risco de se investir no Brasil se elevou. O principal fator que colaborou para essa avaliação foi o principal indicador de solvência, a dívida do país. Em 2015, o Brasil, apresentava a maior dívida bruta em relação ao PIB, de toda América Latina. Outras variáveis que colaboram para essa retirada foram: a taxa de crescimento da economia brasileira, que teve uma queda de 3,8% no PIB, pior resultado desde 1996; e a inflação, que na época estava prevista para 9,3% pelo Boletim Focus do Banco Central (ELLERY, 2015).

Para se ter investimento no país é necessário que haja a priori uma poupança, segundo os ortodoxos. A poupança de um país é dada pela soma da poupança privada com a poupança do governo, essa é dada pela diferença entre a renda do governo, obtida através dos impostos, e o gasto/consumo do governo. Desta maneira, uma poupança baixa implica em baixo investimento ou no comprometimento do país de enviar renda para o exterior. Sem investimento, o crescimento da produtividade é afetado, uma vez que as firmas não poderão ter acesso às novas tecnologias, implicando assim em não crescimento da renda *per capita* pelo efeito composição¹⁵. Sendo assim, uma taxa de poupança baixa compromete a renda do país tanto pelo menor crescimento da produtividade quando pela necessidade de enviar renda para o exterior no futuro (ELLERY, 2014).

Segundo Wong (2015), em julho de 2015, a taxa de poupança interna do Brasil era de 16% e a taxa de investimento, 20%. Como se nota a baixa taxa de poupança interna limita o crescimento da taxa de investimento. Possíveis razões que explicam essa baixa taxa de poupança são: o brasileiro é mais propenso a consumir, até porque nas últimas duas décadas foi adotado um modelo de crescimento baseado no consumo com distribuição de renda para as pessoas de camada mais baixa e subsídios ao consumo, estimulando a população a entrarem no mercado consumidor; segundo, é que no Brasil não há incentivos a poupar no Brasil, uma vez que há demasiada cobertura de programas sociais; terceira, é a excessiva carga tributária que o país possui diminuindo, assim, a renda disponível do setor privado. Segundo Ellery (2017) há um outro fator que explica essa baixa taxa de poupança: a dívida pública, que como foi mencionado acima, era a maior da América Latina no ano de 2015.

Dessa forma, todas essas questões mencionadas acima justificam a ausência de poupança e a incapacidade que o governo teve em aumentar as taxas de investimento no país.

¹⁵ Aumento da produtividade devido a mudança estrutural, a sofisticação produtiva

Capítulo 3 – Debate

Neste terceiro e último capítulo é exposto um contexto pelo qual se deu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. É tratado, também, os antecedentes da crise econômica pela qual o país está passando e os motivos pelos quais isso ocorreu, tanto pelo lado da ortodoxia quanto pelo lado da heterodoxia.

As eleições do ano de 2014, assim como diz Pessoa (2016), um representante do pensamento econômico ortodoxo, foi uma campanha olhando para trás, e não para a frente. E é nessa situação que surgiu a interpretação, errônea, segundo o autor, de que foi a oposição, o principal agente, que fez nascer e crescer a dinâmica política que desaguou no processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff.

O primeiro argumento do Partido dos Trabalhadores (PT) é de que a oposição, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não aceitou o resultado da eleição de 2014, levando-o, logo após a apuração do segundo turno, a protocolar, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), um pedido de auditoria especial para verificação do resultado da eleição. O segundo argumento seria que os tucanos teriam partido para uma oposição de terra arrasada, tendo, inclusive, votado a favor do fim do fator previdenciário, introduzido durante o governo do próprio Fernando Henrique Cardoso. Somando a esses dois argumentos aos meios de comunicação, ao mercado financeiro e à classe média inconformada com a ascensão social durante o governo petista, os tucanos teriam empurrado o país para o “golpe” do *impeachment* (PESSÔA, 2016).

Cabe ressaltar a tese da ex-presidente, Dilma Rousseff, de que a crise econômica iniciada no seu Governo decorria de fatores internacionais, trazendo um discurso de que a conjuntura global foi a causa primeira dos atuais problemas econômicos brasileiros, mas o seu agravamento até o ponto dramático, o *impeachment*, deveu-se à reação da oposição ao resultado eleitoral de 2014. Essa combinação, por sua vez, teria criado a maior crise em 120 anos de história econômica registrada (PESSÔA, 2016).

Dados comprovam que a desaceleração da economia brasileira foi muito além da mundial, indicando, dessa forma, a importância de investigar causas domésticas da recessão econômica. Entre 2002 e 2010, o Brasil cresceu a uma média anual de 4%, enquanto a América Latina (excluindo-se o Brasil) teve expansão do PIB de 4,1%. Já no período de 2011 a 2016 (tomando-se as atuais projeções para o ano), o crescimento médio anual brasileiro deve se desacelerar para 0,2%, enquanto a freada da América Latina está projetada em muito menos, para 2,9%. Logo, segundo o autor, toda a argumentação dita anteriormente está factualmente errada, tanto em termos de economia quanto de política. Pouco se fez para enfrentar os desequilíbrios fiscais estruturais e várias medidas hesitantes foram tomadas no âmbito da “nova matriz econômica”¹⁶, levando à crise econômica de drásticas proporções na qual o Brasil passa hoje (PESSÔA, 2016).

Em relação à campanha eleitoral propriamente dita, em que se apresentou uma visão positivado futuro da economia brasileira e incumbiu aos adversários a intenção de fazer um ajuste recessivo. Contraditoriamente, o PT que pregou um ajuste fiscal vindo dos adversários, ele mesmo o fez logo após a conquistada vitória eleitoral, levando à enorme queda de popularidade da presidente Dilma. Foi essa perda de apoio popular que explica o surgimento das pressões pelo *impeachment*, os movimentos espontâneos de rua e da sociedade organizada, do que as articulações da oposição tucana (PESSÔA, 2016).

Ainda segundo Pessôa (2016), perda da Governabilidade de Dilma Rousseff foi consequência de seus erros econômicos e políticos. Seu segundo mandato foi prejudicado pelo estilo de gestão de coalizão política do PT, em que a coalizão partidária governista é ideologicamente muito heterogênea, distante da ideologia média do parlamento, e a gestão é muito menos compartilhada. Sendo assim, foi necessário recorrer as trocas de favores para formar as maiorias necessárias e governar.

¹⁶ Segundo Roque (2015): “A “nova matriz” — na realidade, incrivelmente velha — se baseia em cinco pilares: política fiscal expansionista, juros baixos, crédito barato fornecido por bancos estatais, câmbio desvalorizado e aumento das tarifas de importação para “estimular” a indústria nacional. A crença do governo passa a ser a de que “um pouco mais de inflação gera mais crescimento econômico”.

O autor ainda alega que, no governo Lula, isso era compensado pelos seus dons carismáticos, porém no caso de Dilma sua falta de aptidão para a atividade política, o problema da governabilidade veio à tona de forma brutal. Devido a isso, poder-se-ia afirmar que o PT está na atual crise por conta dos seus próprios erros, a estratégia de culpabilização da oposição não seria eficaz para que o partido voltasse a desempenhar um papel importante e construtivo no sistema político nacional (PESSÔA, 2016).

Desde a eleição de 2014, o debate entre ortodoxia e heterodoxia econômica tem sido acirrado, especialmente, para explicar os fatores que geraram a crise econômica pela qual ainda passa a economia brasileira. Portanto, faz-se necessário um pequeno resumo das duas visões, do que cada lado defende como causa da crise que se instalou no país.

Segundo Lisboa e Pessôa (2016), o debate a respeito de políticas econômicas de um país provêm da divergência de objetivos esperados delas. De um lado estão aqueles que almejam países mais igualitários, mesmo que signifique menor crescimento econômico e de outro lado, os que aceitam maior desigualdade em troca de maior crescimento. Em Lisboa e Pessôa (2016): “Norberto Bobbio, por exemplo, define a esquerda pela defesa de políticas que promovam maior igualdade na distribuição de renda.”¹⁷

Essa escolha entre crescimento e igualdade requer juízo de valor. Em países desenvolvidos, a direita deseja menor carga tributária e menor oferta de serviços públicos e de seguridade social, já a esquerda deseja o oposto.

Basicamente, existem duas divergências entre esses dois grupos. A primeira é decorrente da extensão de políticas de seguridade social: saúde, educação, seguro-desemprego, programas que protejam a população mais carente, entre outros. Já a segunda é em relação a intervenção do setor público nos mercados: a abertura da economia ao comércio internacional e aos fluxos de capital, a escala de empréstimos subsidiados pelos bancos públicos, a regulação e intervenção pública no preço de bens, a regulação estatal do mercado de trabalho, entre outras. As duas dimensões estão associadas ao

¹⁷ Existem heterodoxos de direita e ortodoxos de esquerda, mas normalmente a ortodoxia se aproxima do pensamento de direita e a heterodoxia do de esquerda, mas não é regra.

papel do Estado na economia. No Brasil, há uma concordância de que a busca pelo Estado devem estar social prevaleça, como sistematizado na constituição de 1988 e que desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso consenso resultou no aumento progressivo da carga tributária e do gasto social, o que não significa necessariamente um maior direcionamento estatal na decisão de investimento de setores da economia (LISBOA, PESSÔA, 2016).

Cabe ressaltar que a ruptura na política econômica não ocorreu em 2003 com a mudança do governo do PSDB para o PT, mas sim após a saída de Antônio Palocci do Ministério da Fazenda, pois a partir desse acontecimento, iniciou-se uma lenta inflexão na direção de aumento da intervenção do governo nos mercados. Esse acontecimento foi ainda maior com a crise internacional de 2008, e passou a ser uma justificativa para a intervenção no governo Dilma (LISBOA, PESSÔA, 2016).

Segundo Lisboa e Pessôa (2016), os economistas ortodoxos defendem que o desenvolvimento econômico decorre: do crescimento da produtividade, ou seja, da formação dos trabalhadores, dessa forma, um sistema público de educação eficiente seria indispensável para o crescimento; e da produtividade sistêmica, ou seja, as regras e os processos importam, o que será produzido, importa. Já para os heterodoxos, o desenvolvimento econômico decorre do crescimento de atividades produtivas específicas, como a indústria e, dessa forma, seria indispensável a intervenção do Estado para direcionara produção.

Um outro fator de discordância seria a questão da gestão do curto prazo. Para os ortodoxos, a economia sempre opera nas proximidades do pleno emprego, por outro lado, para os heterodoxos, todas as economias quase sempre apresentam ociosidade dos fatores. Nesse caso, a política fiscal conduz ao crescimento sem pressionar a inflação: o aumento do gasto público induz maior utilização da capacidade instalada (LISBOA, PESSÔA, 2016).

Essa questão do gasto público foi analisada e os dados indicaram que a expansão do gasto público nos últimos sete anos contribuiu para a grave crise que o país atravessa, ou seja, a expansão dos subsídios não resultou em aumento do investimento e colaborou para a grave crise fiscal do país. (LISBOA, PESSÔA, 2016).

No Brasil, a diferença entre ortodoxia e heterodoxia decorre das maneiras de se assimilar o funcionamento da economia. Assim sendo, as diferenças são de natureza positiva, como o mundo funciona, e não normativa, qual é o mundo desejado, ao contrário da divergência nos países desenvolvidos (LISBOA, PESSÔA, 2016).

Em Lisboa e Pessôa (2016):

“a imensa maioria defende políticas sociais abrangentes. O debate polarizado decorre de uma controvérsia entre os que utilizam evidências para determinar a eficácia das políticas públicas e os que denunciam a divergência por, supostamente, defender interesses indevidos. Alguns países se desenvolveram e superaram desafios básicos, como a educação em massa e a proteção dos mais vulneráveis. Outros repetem antigos equívocos.”

Para Paula e Jabbour (2016), representantes do pensamento heterodoxo, todos os economistas, tanto ortodoxos como heterodoxos, concordam que o crescimento de um país depende do aumento da produtividade. Para aqueles, a produtividade depende da formação dos trabalhadores e da qualidade do marco institucional, para esses a produtividade responde, também, ao próprio processo de crescimento da produção industrial puxado pela demanda, uma vez que as empresas se veem estimuladas a incorporar máquinas e equipamentos a partir da perspectiva de aumento de suas vendas – Lei Kaldor-Verdoorn.

A produtividade depende da utilização da mão de obra em setores tecnologicamente de mais alta produtividade (segmentos da indústria de transformação), como foi visto no capítulo anterior. Um dos motivos pelos quais a produtividade no Brasil nos últimos anos esteve baixa foi o fato de boa parte da mão de obra estar empregada no setor de serviços de baixa produtividade, como o comércio (PAULA; JABBOUR, 2016).

Segundo os autores, alguns economistas ortodoxos defendem que o fracasso da economia no primeiro governo Dilma é uma evidência de que políticas heterodoxas e desenvolvimentistas são por natureza equivocadas. É a

mesma coisa de dizer que o fracasso de políticas neoliberais tão somente em função dos resultados do segundo governo FHC: baixo crescimento econômico, elevação explosiva da dívida pública, aumento de desemprego, aceleração inflacionária, crises cambiais, apagão energético, entre outras (PAULA; JABBOUR, 2016).

No primeiro mandato de Dilma, muitos economistas heterodoxos sustentavam que havia uma descoordenação da política econômica e que políticas keynesianas, para serem bem-sucedidas, têm de ser bem coordenadas. Uma das razões do fracasso da nova matriz macroeconômica, então, foi uma política fiscal expansionista equivocada, que privilegiou isenções fiscais ao invés do gasto público, de maior efeito multiplicador de renda. Essa política, também, não foi transmitida aos agentes de forma adequada: o governo prometeu que cumpriria integralmente a meta de superávit primário, acabando por utilizar artifícios contábeis para alcançá-la- as chamadas pedaladas. O resultado foi uma forte deterioração fiscal, em função tanto do baixo crescimento econômico quanto do fato de que o governo abriu mão de receita fiscal. A contração fiscal ocorrida em 2015 contribuiu para a forte desaceleração econômica, mas outros fatores também contribuíram para a desaceleração econômica, como o relevante desinvestimento da Petrobras, o choque dos preços de energia elétrica e a deterioração das expectativas empresariais frente à crise política (PAULA; JABBOUR, 2016).

Um fator que está sendo bastante questionado é a tese da contração fiscal expansionista, segundo a qual as contrações fiscais podem ser expansionistas uma vez que seriam capazes de aumentar a confiança do setor privado e estimular o consumo e o investimento por meio de um efeito de "*crowding in*" sobre os gastos privados. Dessa forma, a tentativa de fazer um forte ajuste fiscal em 2015 pelo então ministro da fazenda, Joaquim Levy, em um cenário de queda na arrecadação, se manifestou em um fracasso, com a meta do superávit primário inicial anunciada para 2015 caindo sucessivamente de 1,2% PIB para 0,15% (julho de 2015) e depois para déficit de 0,8% (outubro de 2015), até finalmente alcançar -2,0% do PIB em 2015 (PAULA; JABBOUR, 2016).

Conclusão

No trabalho foi apresentado as visões das duas escolas econômicas, ortodoxia e heterodoxia, frente a crise econômica do governo Dilma Rousseff.

O argumento principal da ortodoxia para a causa da crise foi a questão da má conduta das políticas econômicas por parte do governo, ou seja, decisões precipitadas e incoerentes com o cenário no qual o país estava inserido. Aumento do gasto fiscal; falta de investimento em infraestrutura básica e em educação de qualidade, que aumenta a produtividade do trabalhador; estímulo à expansão da demanda e não da oferta, que consolida o crescimento; depreciação da taxa de câmbio; diminuição da taxa de juros; congelamento de preços; são alguns fatores que permitiram o desenvolvimento da crise.

Já o argumento da heterodoxia se baseia quase que completamente na justificativa de que a crise internacional teve grande impacto para o surgimento da crise na economia brasileira, mas como foi visto no segundo capítulo (página 23), a redução do crescimento da economia é um fenômeno localizado na própria economia brasileira. Outros argumentos são válidos, também, como: a questão da produtividade, que é um dos fatores responsáveis do crescimento de um país; porém no Brasil boa parte da mão de obra se encontra em setores de serviços de baixa produtividade o que acarreta em baixo crescimento; o choque dos preços de energia elétrica e a deterioração das expectativas empresariais frente à crise política.

Um dos fatores, portanto, que se assemelha nas duas escolas é que o crescimento de uma economia depende, também, do aumento da produtividade. Já as diferenças, que são de natureza positiva: como o mundo funciona, entre as duas escolas, advêm das formas de se assimilar o funcionamento da economia.

O grande dilema de toda essa questão seria a escolha que o governo faz entre a dicotomia crescimento econômico *versus* igualdade social. Isso cabe a cada partido que tomar o poder, requer juízo de valor, e a escolha feita impactará toda a população, todo o país. Há uma outra questão que cabe

reforçar seria uma possível reforma tributária, tornando a tributação brasileira mais direta e progressiva, pois como foi visto, a atual tributação brasileira é bastante indireta e regressiva, o que intensifica a desigualdade.

Bibliografia

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSOA, Samuel. Desaceleração recente da economia. **Coletânea de Capítulos “sob A Luz do Sol, Uma Agenda Para O Brasil”**, São Paulo, p.15-30, set. 2014. Disponível em: <http://cdpp.org.br/novo/wp-content/uploads/2014/09/Coletanea-Sob-a-Luz-do-Sol_v0909.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

Barbosa, N. e José Antônio Pereira de Souza (2010), "**A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda**," in: E. Sader e M.A. Garcia (orgs.) Brasil: entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, Outubro de 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. **O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005***. Brasília, jul. 2005.

CAPITAL, Redação Carta. **Aprovação de Temer é menor que a de Dilma antes do impeachment, diz pesquisa**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/aprovacao-de-temer-e-menor-que-a-de-dilma-antes-do-impeachment-diz-pesquisa>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CARNEIRO, Ricardo. **Navegando a contravento (Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff)**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2017.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. A Teoria Quantitativa da Moeda. In: CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de; SICSÓ, João. **Economia Monetária e Financeira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. Cap. 7. p. 93-105.

CAVALCANTI, Pedro et al. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro no Pós-Guerra. In: VELOSO, Fernando; FERREIRA, Pedro Cavalcanti; GIAMBIAGI, Fabio. **Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Cap. 5. p. 129-165.

ECONOMICS, Trading. **Brasil - Taxa De Crescimento do PIB**. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/brazil/gdp-growth>>. Acesso em: 11 out. 2017

ELLERY, Roberto. **POUPANÇA, INVESTIMENTO... E JUROS**. 2017. Disponível em: <<http://rgellery.blogspot.com.br/2017/01/poupanca-investimento-e-juros.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

ELLERY, Roberto. **REBAIXAMENTO MERECIDO!** 2015. Disponível em: <<http://rgellery.blogspot.com.br/2015/09/rebaixamento-merecido.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

ELLERY, Roberto. **UMA NOTA A RESPEITO DA POUPANÇA**. 2014. Disponível em: <<http://rgellery.blogspot.com.br/2014/05/uma-nota-respeito-da-poupanca.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

GIAMBIAGI, Fabio. Fim do Ciclo: O Governo Dilma. In: GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavinia Barros de; VILLELA, André Arruda. **Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2015)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 239-272.

Governo Dilma executa mais de R\$ 251 bilhões do PAC em 2015. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/governo-dilma-executa-mais-de-r-251-bilhoes-do-pac-em-2015/>>. Acesso em: 25 out. 2017.

LISBOA, Marcos de Barros; PESSÔA, Samuel. O funcionamento da economia segundo a direita e a esquerda. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-8. 17 jul. 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B5kxo1oGlcvidzVMZUxmWV0V3IHQ0xWZk5aaUNqbGF6T1p3/view>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

MARCONI, Nelson. Estrutura Produtiva e desenvolvimento econômico. In: BARBOSA, Nelson; MARCONI, Nelson; CANÊDO, Maurício. **Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil**. São Paulo: Elsevier, 2015. Cap. 2. p. 31-70.

MARTELLO, Alexandro. **Contas do setor público têm primeiro déficit da história em 2014**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/contas-do-setor-publico-tem-primeiro-deficit-da-historia-em-2014.html>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

MESQUITA, Mário. A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo. **Coletânea de Capítulos “sob A Luz do Sol, Uma Agenda**

Para O Brasil", São Paulo, p.3-14, ago. 2014. Disponível em: <http://cdpp.org.br/novo/wp-content/uploads/2014/09/Coletanea-Sob-a-Luz-do-Sol_v0909.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. As Controvérsias Monetárias do Século XIX. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p.80-97, abr. 1994. Trimestral. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1673/2043>>. Acesso em: 22 maio 2017.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Desenvolvimentismos, inclusão social e papel do Estado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p.131-143, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/8>>. Acesso em: 22 maio 2017.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; AMADO, Adriana Moreira. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 1, p.1-28, abr. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642115>>. Acesso em: 22 maio 2017.

PAULA, Luiz Fernando de; JABBOUR, Elias M. Khalil. "A Retórica da Ortodoxia". **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-8. 21 ago. 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B5kxo1oGlcviNURsZnBROHB0S3ZuX3ZWbThnZks0UWdQTGxN/view>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

PESSÔA, Samuel. PT sucumbe a seus próprios erros, e não deveria responsabilizar a oposição. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 5, p.14-15, maio 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/issue/view/issue/3607/1714>>. Acesso em: 02 out. 2017.

ROQUE, Leandro. **O trágico legado da "Nova Matriz Econômica" - um resumo cronológico**. 2015. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2120>>. Acesso em: 02 out. 2017.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Componentes macroeconômicos e estruturais da crise brasileira: o subdesenvolvimento revisitado. **Brazilian Keynesian Review**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p.252-263, maio 2016. Anual. Disponível em: <<http://www.akb.org.br/revista/index.php/BKR/article/view/91>>. Acesso em: 22 maio 2017.

WONG, Victor. **Por que a taxa de investimento no Brasil é tão baixa?** 2015. Disponível em: <<http://terracoekonomico.com.br/por-que-a-taxa-de-investimento-no-brasil-e-tao-baixa>>. Acesso em: 12 out. 2017.